

PROVINHA BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA: AS VOZES DOS DOCENTES

**Selma Gattass Dias Aires da Silva
Elizeth Gonzaga dos Santos Lima**

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com alfabetizadores de escolas da rede pública estadual do município de Cáceres - MT, com objetivo de analisar as influências da Provinha Brasil na prática docente. Sustentado na abordagem de pesquisa crítico-dialética e na metodologia quanti-qualitativa, o estudo se desenvolveu em três etapas: análise documental, aplicação de questionário, observação da aplicação da Provinha Brasil e da prática docente. Os resultados evidenciaram contradições entre os documentos oficiais da Provinha Brasil e a prática dos docentes alfabetizadores. Concluímos apresentando a autoavaliação como alternativa potencializadora da qualidade negociada, referenciada no Projeto Político Pedagógico da escola.

Palavras chave: Provinha Brasil, prática docente, contradições.

Introdução

A educação brasileira passou por um vasto processo de mudanças nas últimas décadas do século XX em consequência da consolidação do neoliberalismo e do advento da globalização. O currículo escolar e o ensino sofreram mudanças na sua forma de organização, tendo em vista a necessidade de preparação da mão de obra qualificada para atender os modos de produção capitalista. Diante dessa realidade, a escola passa a ser vista como um espaço social de aprendizagem, que precisa pensar o currículo visando à melhoria das condições de vida dos sujeitos, mas também, o desenvolvimento e preparação dos educandos às demandas mercadológicas.

Nesse contexto, as políticas de avaliação são intensificadas com a finalidade de assegurar a qualidade dos serviços prestados à sociedade. As reformas começam a surgir no campo educacional, orientadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, que apresenta caráter inovador e adequado à realidade em contexto. Outros documentos oficiais como o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) também são instituídos com a finalidade de garantir a melhoria do ensino, especialmente no nível da Educação Básica.

Dentre os programas de avaliação compreendidos no PDE encontra-se a Provinha Brasil, um instrumento nacional de avaliação instituído no ano de 2007, pelo Ministério da Educação e Cultura. Segundo documentos oficiais os objetivos da

Provinha Brasil, são: 1) avaliar o nível de alfabetização dos educandos nos anos iniciais do ensino fundamental; 2) oferecer às redes de ensino um resultado da qualidade do ensino, prevenindo o diagnóstico tardio das dificuldades de aprendizagem; e 3) concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional.

Incidados pelas inquietações abarcadas entre as políticas de avaliação e a prática docente, buscamos levantar, a partir de diferentes unidades escolares, a realidade do município de Cáceres/MT, frente ao instrumento nacional de avaliação que tem como foco a alfabetização. Desse modo, o objetivo geral dessa pesquisa foi compreender as implicações da Provinha Brasil para a prática docente de 26 alfabetizadores que atuam no 2º ano do Ensino Fundamental, em 12 escolas da rede pública estadual. Buscamos analisar ainda, as contradições, a práxis, a ação e a relação que se estabelece entre os sujeitos da pesquisa e o objeto em estudo.

A metodologia utilizada para a pesquisa foi a abordagem crítico-dialética, por entender que a prática pedagógica é um processo dinâmico que se efetiva intrincado por um contexto mais amplo, que provoca reflexo nas ações cotidianas do professor e nas atividades desenvolvidas em sala de aula. Conforme salienta Gamboa (1998, p.126), “nas pesquisas com abordagens dialéticas, o homem é tido como ser social e histórico, embora determinado por contextos econômicos e culturais, é o criador da realidade social e o transformador desses contextos”. Baseado nas ideias do autor, entendemos, portanto, que o espaço escolar representa um palco de variadas contradições tendo em vista as relações sociais, históricas, políticas e econômicas que compõem o seu interior.

Com a finalidade de compreender melhor o processo dialético da sala de aula e a forma como a Provinha Brasil está compreendida nesse amplo conjunto educacional, utilizamos como técnica para a coleta de dados: análise documental, aplicação de questionário, observação da aplicação da Provinha Brasil e observação da prática docente. As ações desenvolvidas no decorrer dos estudos fundamentaram-se na realidade objetiva, buscando confrontar as políticas de avaliação propostas pelo Estado com a prática do professor no cotidiano escolar.

Provinha Brasil: das contradições às possibilidades

Com a finalidade de garantir melhoria na Educação Básica, o MEC estabelece por meio da Portaria Normativa nº 10/2007, a Provinha Brasil como instrumento

nacional de avaliação da Alfabetização. Coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) o instrumento foi instituído nas redes públicas de ensino, com periodicidade de aplicação de forma anual e algumas particularidades que diferem dos demais instrumentos de avaliação compreendidos no PDE.

A aplicação acontece em duas etapas, ambas realizadas no decorrer do mesmo ano letivo, com foco em alunos que cursam o 2º ano do Ensino Fundamental. Segundo documentos oficiais, o Teste 1 deve ser aplicado no mês de abril e o Teste 2 no mês de novembro, com a finalidade de possibilitar ao professor um diagnóstico dos alunos, tanto no início como no final do ano letivo. Desse modo, as dificuldades apresentadas pelos alunos no Teste 1 podem ser trabalhadas pelo professor no decorrer do mesmo ano, até o período que antecede a realização do Teste 2. Outra característica da Provinha Brasil é que o instrumento não apresenta finalidades classificatórias e por essa razão, o Estado propõe que a correção seja realizada pelo próprio professor, a fim de que, imediatamente, este possa analisar e conhecer melhor o nível de desempenho dos seus alunos.

A proposta pedagógica da Provinha Brasil encontra-se compreendida no *Kit* que é constituído por quatro cadernos, onde constam as orientações e esclarecimentos necessários sobre o referido instrumento. São eles: Caderno do Aluno, Guia de Aplicação, Guia de Correção e Interpretação de Resultados e Reflexões Sobre a Prática. Além desses documentos que compõem o Kit Provinha Brasil, outros documentos educacionais representaram eixos norteadores desta pesquisa, como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, Plano Nacional de Educação (PNE)/Lei nº 10.172, Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Lei 11.274/2006 e Portaria Normativa nº 10/2007.

Após a análise documental, o questionário foi aplicado com o objetivo de perceber as concepções que os professores alfabetizadores apresentam sobre Avaliação e Provinha Brasil. Os resultados evidenciaram que os professores veem a Provinha Brasil como uma ferramenta capaz de contribuir com o processo de ensino e aprendizagem, como também, auxiliar na elaboração do planejamento. Em contrapartida, percebem a existência de interesses mercantilistas implícitos no instrumento. Apontam ainda, a descontextualização do instrumento com a realidade escolar que cada unidade apresenta. Mencionamos aqui algumas falas que ilustram a percepção desses professores em relação à Provinha Brasil:

P6 - Aborda uma temática interessante, porém de forma isolada e fora do contexto em que a escola vive; P9 - é interessante, mas não concordo com a regularidade (1 vez), na verdade o resultado, serve apenas para efeitos estatísticos; P11- É uma proposta interessante, acredito que ela deve continuar, mas em uma perspectiva mais qualitativa; P19 - O objetivo para o qual ela foi criada é interessante e necessário, porém na prática o que tenho visto é que os pacotes chegam com as provas, aplicamos lançamos o resultado no sistema e fica por isso mesmo; P20 - A prova em si, tem um bom intuito, porém poderia ser melhor elaborada de acordo com a realidade da escola/cidade/situação.

As vozes dos docentes demonstram, por um lado, uma visão positiva em relação a Provinha Brasil mas, por outro, sugestões e críticas em relação ao instrumento, pois ao mesmo tempo em que reconhecem a Provinha Brasil como instrumento que contribui com a prática pedagógica, também a reconhecem como uma avaliação de momento e não do processo, assim, seu foco não está voltado para os fins da aprendizagem dos alunos. Os professores respondentes acreditam que a avaliação deve ser ferramenta capaz de promover o desenvolvimento dos sujeitos que constituem o processo educacional e buscar, a partir dos resultados apresentados, o aprimoramento da sua prática docente e estratégias capazes de despertar no aluno o reconhecimento das suas potencialidades e condições cognitivas. Com base nesse pensamento Saul (2006, p.61-62) salienta que,

a avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la[...] A *emancipação* prevê que a consciência crítica da situação e a proposição de alternativas de solução para a mesma constituam-se em elementos de luta transformadora para os diferentes participantes da avaliação (grifo da autora).

As observações da realidade imediata da sala de aula mostraram que, tanto a avaliação informal quanto a avaliação formal, são aplicadas pelas professoras para avaliar o desempenho dos alunos. A prova escrita se faz presente na prática dos docentes das séries iniciais onde se efetiva a alfabetização, embora todos esses instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes sejam transformados em avaliação descritiva para atender a formalidade da avaliação sistematizada pela escola organizada em Ciclo de Formação Humana, que não prevê o uso de provas, e sim, de relatórios descritivos.

Dos resultados dessa pesquisa emergiram contradições entre a Política de Avaliação materializada pela Provinha Brasil e a política do estado de Mato Grosso que se efetiva com a implantação da escola organizada por Ciclos de Formação Humana no

ensino fundamental e, ainda, entre as concepções de avaliação emancipatória apresentadas pelos docentes e o uso da prova na prática da sala de aula. A pesquisa apontou que a proposta pedagógica da Provinha Brasil não atingiu efetiva consolidação na prática docente, devido à forma desconectada e estandardizada que se apresenta.

A concepção de qualidade que se busca por meio dos instrumentos nacionais de avaliação está sustentada pela perspectiva mercantilista, visando o atendimento aos interesses capitalistas, conforme analisa Chauí (1999, p.216):

competência e excelência cujo critério é o ‘atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social’; e é medida pela produtividade, orientada por três critérios: *quanto* produz, *em quanto tempo* produz e qual *o custo* do que produz. Em outras palavras, os critérios da produtividade são quantidade, tempo e custo, que definirão os contratos de gestão. Observa-se que a pergunta pela produtividade não indaga: o que se produz, como se produz, para que ou para quem se produz, mas opera uma inversão tipicamente ideológica da qualidade em quantidade (grifo da autora).

Em contraposição a essa concepção, defendemos que a busca pela qualidade precisa estar pautada nas necessidades apresentadas pela unidade escolar e, essas necessidades, emergem do dia a dia, conforme situações ocasionadas. Tal concepção apresenta-se fundamentada na perspectiva da qualidade negociada proposta por Bondioli (2004, p.14), a qual afirma que:

a qualidade não é um dado de fato, não é um valor absoluto, não é adequação a um padrão ou a normas estabelecidas a priori e do alto. Qualidade é transação, isto é, debate entre indivíduos e grupos que têm um interesse em relação à rede educativa, que têm responsabilidade para com ela, com a qual estão envolvidos de algum modo e que trabalham para explicitar e definir, de modo consensual, valores e objetivos, prioridades [...]

Segundo Bondioli, qualidade implica em compromisso e negociação entre membros envolvidos no contexto e, a partir dessa conjunção é que são levantados os interesses comuns e traçados os objetivos a serem atingidos. A mesma autora ainda complementa seu conceito de qualidade mencionando seu ponto de vista sobre os indicadores, desse modo, afirma que “os indicadores não são, portanto, padrões, isto é, normas impostas do alto, às quais devemos nos adequar [...]. São, ao contrário, significados compartilhados [...]” (BONDIOLI, 2004, p.18).

Nesse contexto indagamos sobre qual concepção de qualidade as políticas de avaliação apresenta-se mais voltada, especialmente no que se refere a Provinha Brasil?

Essa questão foi analisada a partir das contradições evidenciadas no entrelaçamento dos discursos oficiais com a prática dos professores alfabetizadores que constituem os sujeitos desta pesquisa, a partir de quatro categorias relevantes que

explicitam as implicações da Provinha Brasil na prática docente, são elas: 1) avaliação descontextualizada da prática docente; 2) avaliação com fins técnicos e estatísticos; 3) Provinha Brasil: o discurso oficial e a prática; 4) Provinha Brasil e a qualidade de ensino.

Categoria 1) Avaliação descontextualizada da prática docente – considerando que este estudo foi realizado em 12 escolas da rede pública estadual organizadas por Ciclos de Formação Humana, abordamos, primeiramente, a discordância que se faz presente entre a proposta de avaliação da Provinha Brasil e a proposta de avaliação preconizada pelo sistema de organização por Ciclos.

A proposta de organização por Ciclos de Formação Humana apresenta-se pautada no desenvolvimento humano que reconhece a criança como um ser singular, com características e ritmos diferenciados de aprendizagem. É uma proposta de educação que visa à formação de cidadãos críticos, autônomos e sujeitos da construção do seu próprio conhecimento, a partir da interação que se efetiva no cotidiano da sala de aula, desse modo, busca promover o desenvolvimento humano em conformidade com o tempo e espaço escolar.

Enquanto as escolas organizadas em Ciclos caminham rumo à efetivação da avaliação emancipatória, a Provinha Brasil adentra as salas de aula de forma precisa e impositiva, o que evidencia uma incoerência nas políticas de avaliação. Trata-se, portanto, de diferentes perspectivas e procedimentos avaliativos, no mesmo espaço da sala de aula.

Defendemos nesse estudo, que uma proposta de avaliação que visa à formação integral do aluno precisa, necessariamente, estar pautada no currículo e na realidade apresentada pela própria escola. Avaliação representa aprimoramento pedagógico e, sendo assim, deve ser concebida como um elemento que se apresenta implícito nas situações cotidianas, ou melhor, como uma ferramenta que se constitui com base na realidade da sala de aula e na relação que se estabelece entre aluno e professor.

Categoria 2) Avaliação com fins técnicos e estatísticos – as vozes dos docentes evidenciam os resultados apresentados pela Provinha Brasil como um indicador estatístico e não como um recurso pedagógico que contribui para a melhoria da qualidade da alfabetização. Para eles, a Provinha Brasil representa uma ferramenta que visa classificação e ranking, embora os documentos oficiais não apresentem outras finalidades que não sejam em vista da qualidade do ensino. Logo, o instrumento possui

caráter de verificação e regulação que acabam por determinar as diretrizes educacionais e definir os rumos da educação.

As Matrizes de Referência da Provinha Brasil estabelecem os conteúdos que precisam ser trabalhados independentemente da realidade em que a escola encontra-se inserida. Mediante esses descritores e resultados apresentados, novas metas devem ser traçadas com os alunos. Contudo, embora o Estado reconheça a dificuldade em avaliar algumas habilidades na alfabetização, as diretrizes educacionais são articuladas com base nas políticas de avaliação, o que demonstra que os objetivos da avaliação estão mais voltados para o atendimento de interesses políticos e hegemônicos do que, propriamente, às necessidades educacionais.

Reportamo-nos a Thurler (2002, p.79) quando analisamos o conceito de qualidade que o Estado visa alcançar através dos instrumentos externos de avaliação. Segundo a autora, “a obrigação de resultados, em vez de contribuir para melhorar a qualidade da escola, corre o risco de rebaixá-la e de desencorajar as pessoas da escola a enfrentar os verdadeiros desafios”. As políticas de avaliação quando voltadas, essencialmente, para a obrigação de resultados, ao invés de promover melhorias na educação acaba por desestimular as pessoas que se apresentam diretamente envolvidas no processo.

Compreendemos, portanto, que nota alta não representa qualidade de ensino. Conforme salienta Ravitch (*apud* FREITAS, 2012), “para ter uma boa educação, precisamos saber o que é uma boa educação. E é muito mais que saber fazer uma prova. Precisamos nos preocupar com as necessidades dos estudantes, para que eles aproveitem a educação”. Baseado no pensamento do autor, percebemos as fortes influências que o projeto neoliberal exerce no campo educacional, uma vez que estabelece conteúdos e habilidades que devem ser priorizadas, definindo o perfil do cidadão que a educação brasileira busca construir.

Categoria 3 - Provinha Brasil: o discurso oficial e a prática – com a finalidade de contribuir com o desempenho dos alunos, o programa da Provinha Brasil sugere a utilização de recursos didáticos e, dentre os recursos mencionados nos documentos oficiais, uma notável consideração diz respeito ao livro didático. Os documentos sugerem uma adequação desse recurso pedagógico ao nível de aprendizagem apresentado pelos alunos, o que significa dizer que a escolha do livro didático deve ser realizada com base nos resultados obtidos na Provinha Brasil.

Os docentes, sujeitos dessa pesquisa, reconhecem o livro didático como um suporte de grande significância no processo de ensino e aprendizagem, no entanto, na prática docente, percebemos que as atividades de elaboração própria ainda se fazem muito presentes. Segundo os professores, essa situação se justifica pela necessidade de aproximação entre o conteúdo trabalhado e o contexto social em que o aluno está inserido.

Nas observações da prática docente analisamos o esforço das escolas e dos professores em promover o desenvolvimento do educando, fundamentados numa proposta humanizadora. Mas, enquanto as escolas mostram-se focadas em atender as circunstâncias cotidianas da realidade em contexto a Provinha Brasil materializa o processo de regulação nas unidades escolares, de forma isolada e desarticulada do dia-a-dia escolar. O fosso que existe entre a política de avaliação da alfabetização e a prática efetivada nas unidades escolares e nas salas de aula pode ser explicado pelo fato das políticas de avaliação acontecerem de forma verticalizada, sem levar em consideração as especificidades das unidades escolares e as realidades locais.

Categoria 4) Provinha Brasil: qualidade x avaliação – existem algumas características que diferenciam a Provinha Brasil dos demais instrumentos nacionais de avaliação propostos pelo Estado. Enquanto os demais instrumentos implicam em informações mais amplas a Provinha Brasil possibilita resultado imediato ao professor, devido ao fato dos resultados não serem utilizados na composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Ainda assim, os resultados são enviados às Secretarias de Educação e órgãos educacionais competentes.

Portanto, ao analisar a Provinha Brasil como instrumento que visa a qualidade de ensino da alfabetização, é necessário refletir sobre a concepção de qualidade que sustenta a proposta. Para isso, cabe analisar se o enfoque é atribuído ao produto final (o resultado) ou à qualidade de ensino construída a partir de um processo.

A regulação é concebida como um fenômeno que se encontra associado às relações de mercado e ao interesse social, sendo assim, está presente em todas as áreas de trabalho, não somente na educação. Conforme define Oliveira (2005, p.756), “regulação social são os aspectos relacionados à proteção dos interesses públicos, tais como saúde, segurança, meio ambiente, educação, ou seja, aqueles que podem pôr em risco a coesão social”.

No campo educacional o processo de regulação se materializa pelos instrumentos nacionais de avaliação, através dos quais o Estado busca manter o controle

da educação fundamentado numa perspectiva globalizada, que tem como referência os princípios e tendências mercantilistas. Desse modo, Thurler enfatiza uma acentuada diferença que se estabelece entre qualidade e resultados ao afirmar que (2002, p.75) “não se pode confundir obrigação de resultados e desenvolvimento de qualidade”. Diante desses pressupostos entendemos que a garantia de qualidade não se dá pelo controle ou pela padronização de dados e informações e, sim, pela construção de um pacto com vistas à melhoria da qualidade de ensino, baseada em compromissos e responsabilidades assumidas pela comunidade escolar.

Contrapondo à concepção de qualidade preconizada pelos interesses mercantilistas, apontamos a necessidade de implantação da autoavaliação nos espaços escolares, como alternativa para potencializar a qualidade negociada. Sendo assim, os instrumentos avaliativos externos deveriam surgir apenas com a finalidade de abonar os dados obtidos pela autoavaliação e complementar as informações levantadas sobre a unidade escolar, a fim de apontar com maior propriedade os novos direcionamentos, numa visão mais ampla estabelecida entre escola/sistema.

Autoavaliação: alternativa para pensar a qualidade da alfabetização

Diante das diferentes concepções que existem sobre a qualidade de ensino defendemos a qualidade negociada, que pode ser alcançada a partir da autoavaliação institucional, como uma alternativa capaz de promover melhorias na educação. Essa concepção fundamenta-se na ideia de que a qualidade para se efetivar no âmbito educacional precisa ser construída pela coletividade. Assim, a avaliação deve estar pautada num modelo de construção coletiva que se efetiva com base no compromisso do professor com o Projeto Político Pedagógico da escola e a comunidade local.

Sustentada pela qualidade negociada, a autoavaliação contrapõe a avaliação autoritária e impositiva que emerge do mercado capitalista, visando, essencialmente, a valorização de indicadores e resultados quantitativos. Portanto, ao reconhecer a Provinha Brasil como um instrumento que determina as políticas de avaliação, é necessário que sua prática seja complementada com os resultados da autoavaliação realizados pela própria escola.

O processo de negociação que acontece motivado pelo diálogo entre as partes (gestores, coordenadores, professores, funcionários, alunos e pais) resulta num compromisso maior e materializado pelo processo de co-responsabilização que, naturalmente, é revertido em conquistas significativas para a unidade escolar e para a

comunidade local, possibilitando, ainda, grandes aprendizagens para todos os atores envolvidos no processo (PENTEADO, SILVA E SORDI, 2012, p.5).

Propor a autoavaliação como uma necessidade para pensar a qualidade da alfabetização, não significa eximir o Estado de suas responsabilidades, ao contrário, apenas caracteriza a avaliação como instrumento potencializador da qualidade de ensino, tendo o cotidiano escolar como embasamento dos trabalhos pedagógicos.

As vozes dos 26 professores evidenciaram uma concepção de avaliação fundamentada numa proposta humanista que, embora não esteja totalmente consolidada na prática, apresenta-se contrária à proposta preconizada pela Provinha Brasil. Os professores concebem a avaliação como um elemento que se apresenta estreitamente ligado ao cotidiano e às relações escolares, devido ao significado que esta representa ao ato de ensinar. Portanto, enquanto as escolas buscam a solidificação da avaliação contínua, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, o Estado institui a Provinha Brasil, um instrumento unificado que utiliza de coeficientes de referência e número de acertos para avaliar o desempenho do educando que se encontra em processo de alfabetização.

Ainda que a proposta da Provinha Brasil se apresente de forma diferenciada dos demais instrumentos de avaliação em larga escala, fica difícil concebê-la como um instrumento avaliativo que visa qualidade de educação, com objetivos democráticos e humanizadores, uma vez que apresenta descontextualizada da organização dos trabalhos pedagógicos e, ainda, com caráter unificado, sem levar em consideração as especificidades de cada criança e outros elementos relevantes que se encontram compreendidos no processo de ensino e aprendizagem.

Considerações Finais

A avaliação, desde as últimas décadas do século XX, tem ocupado uma posição de destaque no cenário educacional brasileiro, considerando a situação social, política e econômica vivenciada pelo Brasil nesse período. Diante da necessidade de adequar a situação educacional às exigências do mercado capitalista, o Estado intensifica as políticas de avaliação e o processo de regulação através de programas e instrumentos avaliativos, com objetivo de garantir qualidade nos serviços prestados à sociedade.

A concepção de qualidade apresentada no contexto neoliberal tem como foco uma educação voltada para o atendimento aos princípios do mercado. Contudo, partindo do princípio que a escola deve ser organizada de dentro para fora, salientamos que,

embora a Provinha Brasil apresente uma proposta metodológica diferenciada das demais avaliações em larga escala, é necessário que o referido instrumento esteja mais integrado à organização do trabalho pedagógico e mais afinado com cada realidade escolar.

É com essa perspectiva que propomos a autoavaliação como potencializadora da qualidade negociada, tendo em vista a busca por uma alternativa que garanta a qualidade da alfabetização. As políticas de avaliação vigentes carecem de maiores adequações à realidade da sala de aula no sentido de mostrarem-se mais comprometidas com todos os elementos que constituem o processo de ensino e aprendizagem e, não, tão-somente, com o resultado final, visando apenas interesses mercadológicos.

A proposição da autoavaliação concebe a qualidade fundamentada num processo de construção que se efetiva com base na relação entre os atores que compõem a instituição escolar. Trata-se, portanto, de uma proposta que instiga o coletivo da escola à responsabilização dos trabalhos educacionais, assim como exige um constante (re) pensar das ações com foco no aprimoramento pedagógico.

Partindo do princípio que qualidade implica em troca de saberes, confronto de ideias, cooperação, flexibilidade e outras propriedades que constituem uma relação dialética, entendemos que a avaliação externa não deve existir com a finalidade de explicitar nível de alfabetização em que os alunos se encontram, mas sim, compreender em que condições a educação está se efetivando. Reafirmamos, então, a ideia de maior integração entre a avaliação nacional e a avaliação interna, por reconhecer que estas devem caminhar na mesma direção, contemplando os mesmos fins.

Referências

BONDIOLI, Anna (org.). *O Projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada*; tradução Fernanda Landucci Ortale & Ilse Paschoal Moreira. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

CHAUÍ, Marilena. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Hélió (org.). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis/RJ: Vozes/ Rio Grande do Sul: CÍPEDES, 1999.

FREITAS, Luiz Carlos de. et al. *Avaliação educacional: caminhando pela contramão*. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. In: *Educação e Sociedade*. Campinas, v.26, n.92, p.753 - 775, Especial- Out. 2005.

PENTEADO, Thaís Carvalho Zanchetta ; SILVA, Jordana de Souza; SORDI, Mara Regina Lemes de. *Política pública participativa mediada pela categoria de negociação: repercussões na melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem da escola pública*. XVI ENDIPE. UNICAMP. Campinas, 2012.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. *Epistemologia da pesquisa em educação*. Campinas/SP: Praxis.1998.

SAUL, Ana Maria. *Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

THURLER, Monica Gather. Da avaliação dos professores à avaliação dos estabelecimentos escolares. In: PERRENOUD, Philippe; THURLER, Monica Gather (orgs). *As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação*; trad.CláudiaSchilling Magne e Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

Documentos oficiais analisados

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/provinha-brasil/provinha-brasil>>. Acesso em: 04/01/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei N° 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)*. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)*. Disponível em :<<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 04/01/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria Normativa N° 10/2007*. Institui a Avaliação de Alfabetização Provinha Brasil. Brasília, 2007.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. *Escola ciclada de Mato Grosso: novos tempos e espaços para ensinar - aprender a sentir, ser e fazer*. 2.ed.Cuiabá: Seduc. 2001.